

DA MEDIAÇÃO LOCAL AO LOCAL DA MEDIAÇÃO: FIGURAS E POLÍTICAS

José Alberto Correia e João Caramelo*

Introdução

O espaço discursivo em torno do qual se definem tanto os problemas sociais como as soluções legítimas, tem sido nas últimas duas décadas marcado pela revalorização do «local» e pelo desenvolvimento das referências regulares à problemática da mediação social, sem que daí se possa inferir a univocidade do sentido atribuído a estas noções. Na realidade, se até meados da década de 70 a referência ao local estava, em geral, associada à crítica de um modelo de desenvolvimento estruturado em torno de preocupações relacionadas com a unidade e o interesse nacional, com um modelo de desenvolvimento tributário do modelo desenvolvimentista americano que postula que a modernização política passa pela centralização e eliminação de um local tradicional, a verdade é que, no actual contexto, são as estruturas que suportavam este modelo de desenvolvimento que protagonizam esta revalorização do local louvando a sua flexibilidade. Por outro lado, se também até meados da década de 70 as referências à mediação social estavam praticamente ausentes no discurso político já que parecia admitir-se consensualmente que os dispositivos de coesão social se confundiam com o aparelho estatal, sendo a questão central a de assegurar a conformidade das qualidades dos indivíduos com a definição jurídica do cidadão de forma a que eles pudessem ser representados pelos macroactores que gerem a cidade, a verdade é que são estes macroactores que actualmente valorizam

* Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da FPCE-UP.

sobretudo a acção dos microactores na criação da coesão social, apelando para isso para a intervenção de diferentes figuras profissionais integradas na designação genérica de mediadores sociais; neste domínio a figura do mediador social tende a polarizar tanto as figuras profissionais do assistente social como as de alguns agentes de segurança, bem como algumas figuras militantes que tinham sido produzidas no campo do desenvolvimento local.

Interessará portanto analisar até que ponto esta inflação discursiva de operadores e figuras oriundos de perspectivas que acentuavam a irredutibilidade das práticas e dos modos de definição do social onde se enfatizava sobretudo as relações de proximidade e as lógicas comunitárias, relativamente a uma definição jurídica do social referenciada ao Estado, exprime o aparecimento de um novo paradigma político-cognitivo, ou se, pelo contrário, estamos perante uma reactualização do antigo paradigma num contexto onde se reconhece a ingovernabilidade dos sistemas sociais a partir da sua gestão monocentrada. Esta discussão permitirá contrapor lógicas de produção do local que têm na sua génese a periferialização dos processos e das instâncias de gestão das contradições dos sistemas de regulação social, a lógicas associadas à noção de desenvolvimento integrado, assentes na recriação da relação social, na articulação das diferentes dimensões do social e numa redefinição dos próprios problemas sociais, ou seja, numa recriação político-cognitiva do social. Este trabalho inscreve-se neste debate.

Num primeiro momento procuraremos caracterizar o contexto sociopolítico e cognitivo onde se inscreve este debate, para salientarmos que ele configura um espaço discursivo onde a tendência para a diluição das distinções entre macro e micro, grande e pequeno, Estado e comunidade, universal e particular, já não autoriza que elas possam ser pensadas numa lógica da oposição, mas antes numa lógica da complementaridade contraditória. Admitindo que neste contexto de diluição cognitiva e política dos operadores que designam os seres e as suas relações o «local» deixa de ser monossémico, analisaremos, num segundo momento, as diferentes «figuras do local» aqui encaradas como modalidades distintas de definir a «questão social», ou se quisermos, formas diferenciadas de acentuar a periferialização das contradições dos sistemas capitalistas ocidentais. Num terceiro momento, debruçar-nos-emos sobre a problemática da mediação social que aqui também se admite ser fortemente polissémica e con-

figurando uma pluralidade de figuras susceptíveis de se conectarem com as figuras do local. Finalmente, debruçar-nos-emos sobre os desafios que podem ser colocados tanto às práticas como aos discursos que se reivindicam do desenvolvimento local e da mediação social de forma a podermos contribuir para a construção de um referencial cognitivo e de uma concepção de acção social e política preocupados com uma reabilitação do «local» e do «comunitário» que permita conferir centralidade às periferias.

Da crise das representações à periferialização das contradições

A problemática da mediação social e a revalorização simbólica do local como dispositivo de gestão da questão social tornaram-se cognitivamente visíveis e socialmente relevantes na segunda metade da década de 80, num contexto onde se acumularam os sintomas da crise dos grandes dispositivos de integração social e dos macroinstrumentos cognitivos accionados para conhecer, reconhecer, gerir e desconhecer as dinâmicas sociais.

Em primeiro lugar, as transformações produzidas no mundo do trabalho que se saldaram tanto por uma fragilização dos vínculos que asseguravam uma relação estável com o emprego, como ainda por uma perda da importância relativa dos sindicatos, contribuíram para que a vinculação ao trabalho e ao emprego deixasse de constituir o fundamento inquestionável da construção de identidades profissionais e, portanto, para uma integração social imprescindível à preservação de uma coesão social estável. A crescente importância de trajectórias erráticas no mundo do trabalho, o desenvolvimento de modalidades atípicas de relação com o emprego e a importância social crescente dos «trabalhadores sem trabalho», bem como a crise das culturas operárias, estão seguramente na origem de uma profunda transformação das temporalidades e das espacialidades que estruturam a vinculação social ao mundo do trabalho. A sequencialidade das trajectórias em que a formação antecedia o emprego e este se inseria numa carreira que, antecedendo a reforma, assegurava a vinculação a identidades profissionais estáveis, parece ter dado lugar a uma temporalidade heterogénea e turbulenta marcada por precariedades e retrocessos onde o «antes» e o «depois» já não se inserem numa sequência linear. Esta heterogeneização das temporali-

dades não pode, por outro lado, ser dissociada do processo de fragmentação dos espaços urbanos onde, progressivamente, se assiste a uma desvinculação destes espaços da actividade produtiva dominante dos seus habitantes e a uma transformação dos bairros operários que, tendo perdido o seu estatuto de dispositivo de integração social e política na cultura e nas organizações operárias, se transformaram em bairros difíceis, em bairros onde os ritmos da actividade social deixaram de ser pautados pela actividade produtiva, para se tornarem espaços duplamente difíceis, «difíceis de descrever e de pensar, relativamente aos quais é necessário substituir as imagens unilaterais por uma representação complexa e múltipla, baseada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes, e por vezes inconciliáveis» (Bourdieu, 1993: 9).

Ora, esta crise do trabalho como grande regulador das temporalidades e das espacialidades onde se produz a relação social é concomitante da crise da escola enquanto dispositivo de acesso ao mundo do trabalho e, por via disso, como dispositivo de acesso ao mundo adulto. Nos últimos vinte anos a escola parece ter perdido o seu encanto e a sua magia. O encanto de uma procura de uma escolarização que se afirmava como o dispositivo central de uma mobilidade social ascendente foi, progressivamente, dando lugar a uma procura desencantada, contribuindo para que o trabalho escolar já não encontre o seu sentido nas vantagens sociais que ele promete, mas reclame um trabalho permanente de construção de sentido. Habituada a conceber-se como um mundo regido por regras próprias cuja inteligibilidade depende da pertença a este mundo, não carecendo, por isso, de justificação, a escola vive hoje num contexto onde este trabalho de justificação se tornou imprescindível precisamente quando se fragilizou a distinção das fronteiras entre o «interior» e o «exterior», ou seja, num contexto onde ela foi invadida por uma diversidade de «mundos da vida» pouco propensos a «naturalizarem» a arbitrariedade das regras e das relações instituídas no mundo escolar. Mas, ao mesmo tempo, que se «desnaturalizou» e se tornou opaca relativamente a estes «mundos da vida» e, por isso, periferalizou-se relativamente a eles, a escola, parece, paradoxalmente, ter-se tornado numa instituição fortemente central. Por um lado, ela ocupa um tempo cada vez mais importante de um número cada vez mais significativo de jovens que são submetidos a um processo de escolarização cada vez mais intensivo e extensivo. Por outro lado, ela é objecto de um conjunto vasto e heterogéneo

de solicitações sociais a que não pode dar resposta, já que se assiste a uma multiplicação dos problemas sociais que ela é suposta resolver, sem que estes problemas se tivessem transformado em problemas escolares. Compreende-se, por isso, que a escola que pensou a sua relação com a coesão social numa lógica da contribuição se debata hoje com a fragilização da sua própria coesão social, transformando-se em parte dos problemas que é suposto resolver.

Finalmente, a crise do Trabalho e da Escola produz-se num contexto onde se acumulam os sintomas de crise do Estado é de crise de uma definição de cidadania pensada na lógica do acesso a um conjunto de direitos disponíveis numa cidade pré-construída e gerida pelo Estado. Esta cidade e este conceito de cidadania, como sabemos, estrutura-se em torno de uma noção de «representação» que tem uma conotação política e cognitiva.

No plano político, esta noção de representação apoia-se numa definição do cidadão que se desvinculou dos constrangimentos locais e comunitários, para se vincular a uma razão universal, juridicamente codificada, e que lhe permite ser representado por instituições que o transcendem. A acentuação da definição jurídica dos mecanismos de representação, regidos por ciclos temporais longos e por gramáticas que escapam em grande medida aos sistemas relacionais do quotidiano do cidadão, conduziu, por seu turno, a uma erosão dos mecanismos de participação na produção da cidade, bem como a uma transformação da representação do político (Dubar, 2000). Com efeito, de acordo com Claude Dubar (2000: 148), vive-se hoje num contexto de crise dos princípios da representação política tradicional, configurando o que designa como «democracia do público», caracterizada essencialmente pela dimensão «espectacular» que a política assume, decorrendo da transformação complementar da temporalidade da acção, da linguagem e das relações entre os sujeitos da política. O tempo da política é, hoje, o tempo dos *media*, da novidade constante e de acontecimentos fluidos, um tempo efémero que obvia a que o acontecimento político se inscreva numa «reflexão projectiva no sentido da elaboração conflitual e cumulativa de um ou vários projectos» (idem: 149). De igual modo, a linguagem política, integrando as funções de disponibilização de informação mas fundamentalmente de *performance* comunicativa, é corporizada por um discurso ilustrativo, simplificador e sedutor que, naturalizando factos e decisões, inviabiliza a possibilidade da deliberação sustentada pelo debate argumentado

e num discurso problematizador. Por fim, também a relação entre os «actores-políticos e o cidadão se transformou numa relação mediática, conduzindo a que a acção política se estruture tendo em vista um «cidadão-espectador» e as suas emoções e cuja eficácia decorre, portanto, mais da identificação afectiva destes com o modo como o discurso político é veiculado e com quem o produz do que com o seu conteúdo. Esta tripla transformação dá assim origem a uma mediatização da política, a um fechamento do campo político sobre si próprio e à sua consequente desvinculação das dinâmicas e entidades sociais que ele é suposto «representar».

Ora, a desagregação das relações que o campo político mantém com a sociedade que é suposto representar, foi acompanhada por uma erosão dos instrumentos cognitivos que tornavam esta representação possível. O acordo existente entre uma razão estadística e a racionalidade estatística que legitima uma construção subjectiva da realidade apoiada na existência de um conjunto de macroactores no interior dos quais as singularidades dos seres se tornam irrelevantes, foi perturbado tanto pela crise da razão estadística como pelas dificuldades de assegurar a conformidade das qualidades dos seres com aquelas que resultam da sua integração nos macroactores onde «naturalmente» se integrariam (Desrosières, 1993). Esta crise cognitiva e política das macroconvenções e das macrotipologias de classificação dos entes sociais deu lugar ao desenvolvimento de uma «nova narratividade do social» que, apoiando-se, agora, numa multiplicação e refinamento dos dispositivos de classificação dos indivíduos os envolve num processo de estigmatização que, paradoxalmente, se legitima através de uma «narrativa» que afirma ocupar-se da sua inclusão respeitando a sua diversidade. Há, pois, uma relação de isomorfismo entre a crise das propriedades que são atribuídas aos seres para que eles possam ser geríveis e aquelas que lhes são atribuídas para os tornar cognoscíveis: a crise da gestão jurídica e estatal dos seres projecta-se na crise da sua cognição estatística e descontextualizada. Neste contexto, a ênfase atribuída à gestão contextualizada dos problemas sociais e a uma cognição que tenha em conta as singularidades dos seres, prefigura a crise de uma razão universal em torno da qual se definiu a moderna concepção de cidadania, sendo que esta crise se tende a inserir num processo que poderíamos designar de «vingança da pré-modernidade» e da razão comunitária.

Ora, se esta crise das representações poderá significar uma visibilidade social crescente dos espaços e modos de vida cuja pertinência era ignorada pela moderna cidadania, a verdade é que este acréscimo de visibilidade não significa a requalificação destes espaços. O que parece antes estar a assistir-se é a uma dicotomização da cidadania, caracterizada pela coexistência num mesmo espaço social de seres cujas propriedades estão em conformidade com um modelo juridicamente configurado de cidadania com seres cuja existência social parece não ser conforme a este padrão e que, por isso, vivem cidadanias problemáticas, feitas de tensões e de contradições. Habitando os espaços e os tempos periféricos das urbes, estes últimos seres têm formas atípicas de relação com o trabalho, experimentam trajectórias de vida erráticas e precárias, «resistem» às tipologias e convenções de classificação social, sendo por isso «representáveis» no plano cognitivo e político como problemas. Apesar da sua situação periférica, eles constituem o centro das tensões e das contradições de um sistema que, num contexto de crise dos grandes dispositivos de integração, só lida com eles multiplicando e «localizando» os dispositivos de gestão destas tensões.

Ora, este processo de periferização das contradições do sistema para além de ter sido acompanhado pela produção de novos dispositivos cognitivos que configurando a chamada nova questão social conduziram ao abandono das políticas ocupadas com a injustiça e a desigualdade social a favor das políticas de combate à exclusão social, foi também acompanhado pelo aparecimento de novas problemáticas, entre as quais se destacam a da mediação social e a do desenvolvimento local. Inseridas num paradigma societal onde as questões sociais deixaram de ser equacionadas tendo por referência a heterogeneização dos espaços e tempos sociais, para serem pensadas numa oposição entre o «interior» e o «exterior», estas problemáticas, apesar de remeterem frequentemente para modelos de ortopedia social, são, no entanto, reveladoras de modalidades de expressão dos problemas sociais que têm simultaneamente uma dimensão espacial e uma dimensão relacional. Interessará, portanto, neste contexto político-cognitivo, analisar mais detalhadamente o processo de fragilização de um modelo de coesão social anunciado pela ênfase que tem sido atribuída aos dispositivos e práticas de mediação social, bem como os desafios que se colocam à problemática do desenvolvimento local, num contexto onde o local que tinha permanecido escamoteado,

discreto e escondido perante a centralidade do nacional, adquire uma nova funcionalidade, tornando-se numa escala e num operador ideológico central na administração dos problemas sociais.

Do ciberlocal ao guardador das paisagens

Apesar de exprimir, como realçámos, a crise dos dispositivos de representação estadocêntricos, as actuais figuras do local são, em grande parte, configuradas pelas transformações das políticas sociais e cognitivas desenvolvidas por um Estado que, na opinião de Daniel Bell (cit. in Giddens, 1995: 53) se tornou demasiado grande para resolver os pequenos problemas da vida e demasiado pequeno para gerir os grandes problemas da vida. Na realidade, como realçam Behar e Estebe (2001: 3) a reelaboração da questão territorial aparece intimamente associada a um triplo movimento de origem estatal, com uma incidência predominantemente urbana e contraditório entre si. Por um lado, esta reelaboração é indissociável dos dispositivos de desconcentração do Estado que são legitimados pela procura de escalas mais pertinentes de gestão de um social que já não é susceptível de ser definido de forma credível por referência às categorias do Estado-nação. Por outro lado, ela é acompanhada por um «relançamento da actividade normativa sobre os fenómenos territoriais» com vista a assegurar a coesão do espaço urbano. Finalmente, ela surge associada ao desenvolvimento de um conjunto de instrumentos que têm conduzido à perda da autonomia financeira das autarquias locais e ao desenvolvimento de modalidades alternativas de financiamento, mais voláteis e dependentes de contratos-programas e do desenvolvimento de projectos.

Esta inserção do local no espaço da urbe como escala mais pertinente das intervenções urbanísticas e de gestão administrativa e financeira da cidade, coexiste com definições sociais de um local inscrito nos espaços suburbanos que, sendo um local fortemente marcado pela qualidade das relações sociais, contrasta com uma definição do local rural onde a lógica da preservação se sobrepõe às dimensões sociais e intervencionistas. Na realidade, o local rural que nas décadas de 60 e 70 se afirmou como um espaço social susceptível de protagonizar modelos de desenvolvimento alternativos a um modelo economi-

cista e unidimensional e que, por isso, desempenhou um importante papel simbólico na afirmação de modelos de desenvolvimento integrados e pluridimensionais, parece ter agora a sua notoriedade dependente da sua capacidade de se não desenvolver para melhor se afirmar como uma reserva ecológica. Este local cujo desenvolvimento depende do seu subdesenvolvimento e do seu imobilismo parece opor-se ao local suburbano onde fervilham projectos de intervenção visando já não a sua preservação mas uma mudança, em geral resultante da transformação dos comportamentos e das competências daqueles que o habitam. Num primeiro momento, estas transformações foram fundamentalmente pensadas como modificações das competências profissionais; as políticas de combate ao desemprego desenharam no espaço «suburbano» bolsas de desemprego e/ou de formação, estando a pertinência do local associada às suas potencialidades na gestão das novas precariedades laborais. Num segundo momento, o local suburbano é fundamentalmente definido como um espaço onde se concentram um conjunto de problemas sociais que estão na origem da multiplicação de comportamentos de risco e de violência, sendo por isso objecto de uma multiplicidade de intervenções onde predominam aquelas que são tributárias de modelos securitários. Num caso ou noutro, o local suburbano deve a sua notoriedade ao facto de ele se afirmar como um espaço pertinente para a gestão localizada de um conjunto de problemas sociais que se têm agravado com o abandono das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado em torno do conceito de direito social. Ele é desenhado no espaço em função da natureza dos problemas sociais que se procura administrar, numa lógica onde o que predomina é a sua definição negativa ou carencialista, ou se quisermos, numa lógica onde o local é sempre problemático.

O local «urbanizado», ou o «local» dos subúrbios urbanos, tende deste modo a institucionalizar a fragmentação do espaço urbano que prolonga a fragmentação do espaço nacional entre o rural e o urbano, bem como a fragmentação do espaço mundial entre o Norte e o Sul. Conjugada em torno da dicotomia inclusão/exclusão (ou interior e exterior) – gramática no interior da qual se enuncia hoje a dicotomia entre pré-modernidade e modernidade – ou da dicotomia entre desenvolvimento e subdesenvolvimento que tinham, respectivamente, servido de referenciais da desqualificação do rural e do Sul, esta definição do local e a notoriedade que tem adquirido no espaço semântico da definição política do local é

indissociável da crise dos macrodispositivos de integração social e de referencialização identitária (o Estado, a Escola, a Família, a Justiça, o local de habitação ou o trabalho). Esta definição do local está também associada ao regresso de um individualismo que tende a destruir o Estado de Bem-Estar e a noção de responsabilidade colectiva para, como assinala Pierre Bourdieu (Contrafogos, 1998: 9), tornar possível «acusar a vítima» tida por única responsável pela sua própria desgraça e recomendar-lhe o *self-help*. Ela é, pois, a expressão de uma nova teodiceia do social construída em torno da utilização indiscriminada dos conceitos de competência, autonomia e responsabilidade individual onde o excluído que no final do século XIX estava associado à imoralidade, ao alcoolismo e à perversão, tende hoje a ser associado aos défices de cognitividade e de vontade, ou seja, a défices comportamentais, a défices de projecto.

Ora, esta definição «negativa», sombria e carencialista do local, esta definição que desertifica o rural para preservar o equilíbrio ecológico e suburbaniza a cidade para a desterritorializar, é acompanhada pela glorificação de um outro espaço que parece constituir a consumação do mito da sociedade de mercado, que Adam Smith sonhou como sendo uma sociedade desterritorializada de onde estariam ausentes a relação social e a identificação a um espaço relacional. Referimo-nos ao espaço virtual, ao espaço do exercício da cibercidadania, ao espaço definido pela convergência de feixes hertzianos, ao espaço indiferenciado do exercício da economia da desterritorialização, onde se multiplicam até ao infinito as acessibilidades, eventualmente à custa da degradação das sociabilidades. Sem nos ocuparmos, por agora, da questão da infoexclusão (que tem uma expressão quantitativa e uma expressão que se prende com a desigual distribuição social da pertinência dos conteúdos veiculados) mas realçando, no entanto, que o ciberespaço de mercado tem acentuado estes fenómenos, ter-se-á de reconhecer que este espaço virtual pode ser um vector de uma territorialização do espaço, na medida em que ele pode promover a relação interpessoal. No entanto, ter-se-á também de reconhecer que o aprofundamento destas potencialidades só se poderá declinar através de uma gramática das sociabilidades, alternativa a uma lógica da multiplicação até ao infinito das acessibilidades inscrita num espaço reticular mercantilizado que só produz territórios fragmentados, onde a territorialização releva mais de uma insularidade solitária do que do arquipélago interactivo ou da continentalidade solidária.

Este ciberlocal como espaço desterritorializado do exercício da escolha contrasta, portanto, com uma definição onde o local é um guardador de paisagens, um local de baixa densidade e com uma outra onde o local, sendo de alta densidade, localiza-se na fronteira entre inclusão e exclusão social. Este local é mais problemático do que problematizador, é mais objecto de intervenção do que interventor, é mais um espaço de produção de respostas do que de formulação de perguntas, é mais objecto das terapias comportamentais do que um produtor de relações sociais, é mais exterior à cidade do que de exercício de cidadania e construtor de cidades. O bucolismo do local rural onde apenas se desenvolvem projectos que o inibem de se afirmar como projecto de relação social alternativa contrasta, portanto, com o local da relação social densa e tensa, com o local propenso ao desenvolvimento da violência urbana onde o tratamento projectocrático alterna com o tratamento cirúrgico por parte das forças policiais bem como com o local suburbanizado que adquire hoje uma nova centralidade periférica. Estes contrastes colocam hoje novos desafios que parecem não se compadecerem com as lógicas deficitárias do tratamento individualizado das precariedades, mas apelarem antes ao desenvolvimento de dispositivos e de espaços que favoreçam a co-presença de diferentes grupos sociais e geracionais que facilitem a socialização dos conflitos e a gestão das tensões, de um espaço que permita produzir um sentido para o «viver em conjunto».

Do zapping à mediação social

Na última década a problemática da mediação social parece estar a ocupar o espaço semântico atribuído ao local na gestão da chamada questão social. Tendo a sua origem no campo jurídico e constituindo, de qualquer forma, uma das expressões da crise dos grandes dispositivos e da normatividade jurídica, que na opinião de Dubet (2002: 63) são hoje mais um «instrumento de gestão do que a expressão normativa de valores comuns», os dispositivos e os actores da mediação generalizaram-se a um conjunto de domínios da vida social que vão da escola ao bairro, passando pela própria família.

Da mesma forma que a noção de «local» nos remete para dinâmicas e pro-

blemas sociais heterogêneos, também a noção de mediação nos reenvia a uma multiplicidade de domínios da vida social que parece, no entanto, terem em comum o facto de apresentarem uma textura que os torna permeáveis à produção do conflito social ou interindividual. Mas ao contrário da notoriedade atribuída ao local que está intimamente associada à heterogeneização do espaço social que apela para intervenções específicas de acordo com a distribuição dos públicos e problemas sociais no espaço urbano, na notoriedade da mediação não está ausente a tendência para reduzir a conflitualidade social aos défices de comunicação entre os indivíduos ou entre estes e as instituições. A ênfase atribuída à neutralidade e ao estabelecimento de uma relação ternária como símbolos de distinção das práticas de mediação subentende, com efeito, um modelo de gestão do social assente no mito da sociedade fraternal que procura prevenir-se contra qualquer manifestação de fratricídio, no pressuposto de que este constitui um epifenómeno e a manifestação de uma incompreensão momentânea da bondade intrínseca à actual ordem social. Paradoxalmente, no entanto, esta ordem social não existe enquanto tal, não existe enquanto estrutura estruturante produtora e produto de lógicas e interesses contraditórios e heterogêneos, mas é pensada apenas enquanto relação interindividual ou entre cada um dos indivíduos e as instituições onde esta relação pode ser momentaneamente perturbada por bloqueamentos na comunicação.

Estes pressupostos, partilhados genericamente pelas práticas e dispositivos de mediação, subentendem uma definição de sociedade construída na analogia com a instituição familiar, dizendo esta analogia respeito menos aos laços de sangue do que à pertença a um território e à partilha de um bem comum. As estratégias de evitamento das discórdias passam por um envolvimento directo entre os seres, estando o sucesso deste envolvimento dependente da presença, social ou simbólica, de um terceiro como garante do respeito das condições de comunicação. A comunicação é, portanto, um dispositivo de gestão das vontades que, embora imponha exigências específicas, constitui o único garante plausível à expressão incontrolada dos desejos e dos interesses egoístas.

Ora, se a analogia familiar constitui o texto através do qual se legitima a mediação social e se constrói a sua notoriedade, a lógica dos dispositivos de gestão das vontades estrutura um conjunto de práticas contraditórias. Prolongando a analogia familiar dir-se-ia que o campo se encontra estruturado

em torno de dois modelos oriundos respectivamente de regimes de economia libidinal do tipo paternal e do tipo maternal. O primeiro, que sustenta as perspectivas de mediação mais securitárias, advoga que a gestão das vontades e as condições de comunicação se deverão apoiar numa distribuição das sanções conforme ao respeito pelo «princípio da realidade». O regime de economia libidinal do tipo maternal, mais próximo do «princípio do prazer», recorre mais frequentemente à noção de desejo do que à noção de necessidade, e procura assegurar um dispositivo de justiça e de controlo mais «leve, doce e flexível» através de uma distribuição do afecto e do amor, numa lógica onde a sanção não se confunde com a punição mas é uma consequência de uma distribuição menos intensa de amor.

Reflectindo, de qualquer forma, uma heterogeneização do espaço social semelhante àquela que se desenha em torno da definição deficitária do local, a mediação e os modos de a praticar adquirem uma multiplicidade de formas todas elas determinadas pelo conteúdo da perturbação comunicacional potencialmente geradora de conflito. Na escola ela é uma mediação cultural ou um dispositivo de prevenção da indisciplina e da violência, no campo jurídico ela propõe-se promover a administração local dos conflitos, no bairro ela propõe-se acautelar a violência e reparar os danos das incivildades, nas famílias, como realça (Six, 2002: 47), os mediadores tendem «a substituir os confessores», nas empresas eles procuram estabelecer a comunicação com os clientes, na res-pública procuram melhorar o acesso aos serviços. Em suma, os mediadores fazem um verdadeiro «zapping» social estabelecendo conexões, viajando de objecto em objecto, armados da «boa consciência» de que ao interessar-se por todos e ao ajudar todos eles são os garantes de uma paz social sem que para isso se tenham de se substituir «às duas partes em guerra e muito menos a uma das partes, (já que eles apenas) facilitam a existência de uma nova relação entre as partes que conduzirá à paz, competindo a estas e não ao mediador, as responsabilidades políticas do seu futuro (...) e do seu destino» (*idem*: 2002: 47).

Relativamente aos dispositivos de intervenção local de combate à exclusão social que, como realçámos, visavam desenvolver relações de parceria entre instituições locais para intervir junto de públicos alvo com o intuito de melhorar as suas competências profissionais e/ou sociais, a mediação, tendo também uma expressão local, não incide prioritariamente sobre os comporta-

mentos de públicos específicos, mas facilita a comunicação e a relação entre os indivíduos e as suas relações com as instituições. A sua existência justifica-se e legitima-se através do seu papel na profilaxia do conflito gerador de tensões e produtor da violência urbana, o que contrasta com os modos de legitimação dos dispositivos do partenariado local onde predomina o fervor intervencionista no combate à exclusão social.

Das escolhas dicotómicas às complementaridades contraditórias

Na opinião de Dubet (2002: 380), o actual processo de erosão dos programas institucionais contribuiu para que a relação social se «tivesse dissociado em três dimensões: o controlo social, a relação de serviço e o que os actores designam por 'relação'». A tendência para a dissociação radical destas três dimensões tem conduzido a que os diferentes agentes se consagrem exclusivamente a uma delas: «uns ocupam-se da pura repressão, alguns consagram-se à satisfação dos pedidos dirigidos aos serviços e outros, finalmente, são absorvidos numa pura relação intersubjectiva». Apesar destas três dimensões corresponderem aos espaços sociais da existência privilegiada dos mediadores, com claro domínio das funções de relação, e apesar da distribuição dos mediadores nestes diferentes espaços pré-figurar uma espécie de divisão e especialização do seu trabalho, a verdade é que se pode admitir a possibilidade de construir um pensamento em torno do trabalho de mediação que se ocupe do estabelecimento das interdeterminações entre as dimensões dos fenómenos sociais que a especialização funcional deste trabalho insiste em dissociar. Trata-se de construir um pensamento capaz de incorporar algumas das problemáticas sugeridas pela corrente mais crítica que se estruturaram nas décadas de 60 e 70 em torno do «desenvolvimento local» de forma a que se possa constituir uma gramática sobre o local que escape ao fervor intervencionista que, nos anos 80 e 90, contribuiu simultaneamente para a sua notoriedade e a sua desqualificação e que permita superar algum quixotismo e ingenuidade que marcaram os actuais discursos sobre a mediação.

Em nossa opinião, este pensamento terá de estar atento, simultaneamente, aos acontecimentos políticos e aos acontecimentos cognitivos que contribuíram

para a mediatização do local e da mediação social de forma a superar as dicotomias que eles anunciam.

Do acesso à cidade à heterogeneização da cidadania

Em primeiro lugar, quer a mediatização da noção de mediação, quer a relevância atribuída ao local têm por pano de fundo uma definição da problemática da cidadania que pressupõem a existência estabilizada de um «bem comum» sendo o exercício da cidadania pensado numa lógica onde se enfatiza fundamentalmente a multiplicação dos dispositivos e das disposições de acesso a esse bem comum. Ora, a construção de modos alternativos de definição da mediação e do local passa pela sua inserção analítica e praxeológica numa concepção de cidadania que admita que eles constituem dispositivos pertinentes à produção de relações sociais mais participativas e intervenientes na produção de um bem comum contextualizado, isto é, que tem uma existência singular sendo que esta não é apenas a ilustração no local de um conjunto de valores universais. A ênfase atribuída à irredutibilidade do local e a importância que as práticas de mediação podem atribuir às relações intersubjectivas são particularmente propensas a uma complexificação da problemática da cidadania, onde a dicotomia entre o Estado e o Mercado como referenciais alternativos de acesso a um «bem comum» predefinido pode ser superada através de uma reactualização da noção de comunidade enquanto referencial praxeológico e cognitivo susceptível de lidar com a tensão entre o direito às escolhas e o direito às raízes. Num contexto onde, como sabemos, a «naturalização» da metáfora do mercado como alternativa à burocracia estatal, conduziu a uma fractura social sem precedentes e à estabilização de um dualismo entre uma cidadania de mercado e uma cidadania deficitária, o realce atribuído ao processo de produção de novas sociabilidades permite reactivar um conceito de cidadania indissociável da questão da produção da própria cidade. É neste contexto político-cognitivo que os dispositivos de mediação podem ser pensados como dispositivos de construção de cidades enquanto espaços de exercício de relações sociais densas e quentes, onde o mediador é um artesão da construção de cidades e das relações que lhe dão vida. É também neste contexto que o

desenvolvimento local é o processo de produção narrativa do local na sua historicidade e projectualidade, e não o desenvolvimento de um local que se define por referência à divisão administrativa e geográfica do espaço nacional ou transnacional.

Do partenariatado à democracia participativa

Em segundo lugar, as práticas e os dispositivos que hoje se reclamam da mediação social e do desenvolvimento local apoiam-se numa semântica do partenariatado onde se enfatiza sobretudo uma contratualização social que se confunde com a coordenação interinstitucional assente numa racionalidade instrumental que faz depender a sobrevivência das estruturas associativas da sua subordinação a esta racionalidade. As alternativas a promover neste domínio passam por uma valorização de uma acção comunicacional que elege a promoção da democracia participativa como a principal dimensão estruturante da construção do espaço público. É neste contexto que importa requalificar e inventar novas formas de associativismo que, não sendo tributárias de um comunitarismo ingénuo nem sendo apenas a expressão de dinâmicas afectivas e sentimentais, permitam operar a passagem da esfera privada para a esfera pública e afirmarem-se como espaços de coexistência e interacção de diferentes racionalidades onde, obviamente, não estará ausente uma racionalidade socioeconómica atenta às valências societais dos seus produtos e às dimensões socioeducativas dos processos de produção. A importância que actualmente se atribui às lógicas de proximidade não pode, por isso, reduzir-se ao reconhecimento da sua maior eficácia na gestão da chamada «nova questão social», mas deve incorporar a possibilidade da proximidade constituir um referencial de uma nova definição do social. A reabilitação das chamadas estruturas associativas pré-modernas ou clássicas, a sua articulação com novas formas de associativismo mais flexível, volátil e virtual que, por vezes, se desenvolvem no ciberespaço, bem como a invenção de modalidades de envolvimento onde seja possível conjugar as competências produzidas no militantismo comunitário com aquelas que estruturam as «novas figuras profissionais» intervenientes no local, constituem desafios imprescindíveis a esta nova definição do social.

Do evitamento do conflito ao conflito transformador

Em terceiro lugar, quer a mediação social quer a ênfase atribuída à escala do local como escala mais pertinente para combater a exclusão social ou atenuar a conflitualidade social, subentende uma definição do conflito onde este é encarado como a causa dos actuais problemas sociais. Também neste domínio, a produção de uma paradigma alternativo supõe a reabilitação do conflito (social, interindividual e intraindividual) como modo de existência dos indivíduos e das sociedades e condição de uma transformação mais participativa e preocupada com as questões do sentido da vida em comum.

Na realidade, no actual contexto político/discursivo o conflito tende a ser encarado como uma perturbação nos modos de vida de uma sociedade que, como realçamos, se concebe como uma sociedade potencialmente propensa a assegurar o bem de todos. As determinantes sociais do conflito estão, portanto, ausentes da concepção que a sociedade tem de si própria. Nesta perspectiva o conflito só pode ser encarado como perturbação, como a expressão de um défice de qualidade de cada um dos actores sociais ou dos «mal-entendidos» que se produzem na comunicação interindividual. A sua gestão não releva, portanto, do domínio do político mas tende a apoiar-se em determinantes exclusivamente de carácter técnico e pessoal recorrendo para isso a um conjunto de tecnologias e estratégias que visam não só repor a comunicação mas também produzir vontades propensas à harmonia.

A inserção analítica e praxeológica do conflito e da sua gestão num espaço onde se define a polis e o bem comum, subentende que se reconheça que ele se conjuga mais no domínio dos desejos e das tensões transformantes que a sua expressão estabelece com os contextos sociopolíticos, do que do reino da necessidade e do défice individual. Neste contexto o conflito é mais perturbante do que perturbador, mais enigma que epifenómeno.

Da complexidade aditiva à complexidade interpelante

Em quarto lugar, a multiplicação dos dispositivos e dos processos de prevenção do conflito social tem sido acompanhada por uma diversificação das

figuras e das competências profissionais intervenientes nestes dispositivos, no reconhecimento de que a nova questão social se caracteriza pela sua complexidade. O reconhecimento desta complexidade não tem sido, no entanto, acompanhada por uma reabilitação do pensamento complexo, mas antes pela promoção de modelos aditivo/compositivos e de lógicas cujo pressuposto central é o de que a intervenção sobre a complexidade subentende um prévio conhecimento multidisciplinar aprofundado de forma a reduzir-se ou anular-se a imprevisibilidade.

A produção de alternativas neste domínio subentende o desenvolvimento de um pensamento complexo, não aditivo mas interpelante, capaz de promover uma dinâmica interpretativa alternativa à multiplicação dos níveis e das escalas de análise. Nesta dinâmica interpretativa rearticulam-se as relações entre conhecimento e acção situando-as numa temporalidade não sequencial onde se reconhece não existir uma relação de anterioridade de um relativamente a outro, ou seja, o pressuposto que a eficácia da acção depende de um conhecimento prévio detalhado dos contextos da acção dá lugar a uma praxeologia da co-produção entre conhecimento e acção. Estas dinâmicas interpretativas desenvolvem-se portanto numa temporalidade não sequencial que é isomorfa daquela onde se desenvolve a própria acção, ou seja, da mesma forma que se admite existir uma relação de imprevisibilidade entre o conhecimento e acção também se admite que o desenrolar da acção é, em grande parte, imprevisível. É neste contexto cognitivo que também se reconhece que não existe previamente um conhecimento mais ou menos ajustado ao contexto da acção, ou seja, um conhecimento que se aplica de uma forma mais ou menos eficaz à acção, mas antes que a aplicação do conhecimento à acção é uma aplicação hermenêutica, uma aplicação comunicacional, onde o conhecimento mais ajustado à acção é aquele que facilita o debate sobre a problemática da justiça e da construção colectiva do sentido.

Ao inscrever o pensamento da complexidade num campo onde este pensamento procura simultaneamente produzir narrativas ajustadas à realidade e narrativas estruturadas pelo debate em torno da definição do que é desejável, estas dinâmicas interpretativas desenvolvem-se num contexto sujeito a exigências heterogêneas sendo que a preservação das heterogeneidades e o desenvolvimento da polémica é uma das condições imprescindíveis do trabalho de

interpretação. Mas a heterogeneidade não é apenas central no processo de estruturação interno ao trabalho de interpretação. A aprendizagem da contradição constitui também uma exigência resultante do reconhecimento da complexidade ontológica de um «real» também ele marcado por tensões e modos de existência que não se reconhecem através do aprofundamento de um trabalho analítico onde a simplificação constitui um dos mais importantes critérios de validade.

Para além de se afirmar como um pensamento heterogêneo da heterogeneidade, o pensamento complexo estrutura uma articulação entre o todo e as partes congruente com o princípio hologramático que na opinião de Edgar Morin (1987: 98) é fundador do reconhecimento da «complexidade da organização viva, da complexidade da organização cerebral e da complexidade da organização socioantropológica». Segundo este autor a «organização complexa do todo (*holos*) necessita da inscrição (*engrama*) do todo (*holograma*) em cada uma das suas partes todavia singulares; assim, a complexidade organizacional do todo necessita da complexidade organizacional das partes, a qual necessita recorrentemente da complexidade organizacional do todo. As partes têm cada uma a sua singularidade, mas nem por isso são puros elementos ou fragmentos do todo; são ao mesmo tempo uns microtodo virtuais» (*idem*: 98); ou seja, o reconhecimento do carácter complexo dos fenómenos organizacionais não se compadece com um pensamento analítico que, embora, por vezes, procure promover a articulação da análise dos fenómenos produzidos em diferentes espaços ou em diferentes escalas, não deixa de subentender uma relativa estabilização das fronteiras entre estes espaços que é incompatível com a instabilização das distinções de fronteiras anunciadas pelo princípio hologramático.

Ao contrário do pensamento analítico que atribui às fronteiras o papel de permitir distinguir os espaços, o pensamento complexo é um pensamento fronteiro, um pensamento das mediações e da instabilização das distinções estabelecidas. Compreende-se, por isso, que o desenvolvimento de alternativas às formas dominantes de definir a mediação social e produzir o «local» subentendam o trabalho em torno do aprofundamento de uma hibrididade e uma mestiçagem que é simultaneamente política, cognitiva e epistemológica.

Se associarmos estas propriedades da complexidade à crise cognitiva das macrocategorias de análise que, como realçámos atrás, acompanhou a crise do

Estado-Providência e esteve na origem da notoriedade adquirida pela problemática da mediação social e da ênfase atribuída ao local, compreenderemos melhor a importância a atribuir à construção de modalidades de intervenção e de cognição que trabalhem na fronteira da impureza, na hibridação e na miscigenação. Em última análise, estas modalidades permitem a aprendizagem da contradição e possibilitam que os termos que configuram as actuais alternativas encaradas como escolhas definitivas possam ser trabalhados como complementaridades contraditórias.

Estão neste caso, por exemplo, as oposições entre modalidades de mediação que enfatizam sobretudo a relação de proximidade (mediação comunitária militante) e aquelas que procuram configurar o trabalho da mediação através de novos modelos de profissionalidade onde se valoriza sobretudo o distanciamento e a neutralidade. O desafio neste domínio é o de reconstruir um militanismo comunitário que não se confunda com um voluntarismo ingénuo onde a azáfama do militante constitui condição para o êxito da sua intervenção e de incorporar neste novo militanismo formas de distanciamento axiologicamente implicadas. Trata-se obviamente de um desafio que passa pela crítica à taylorização do campo da mediação social e da intervenção no local, onde a hierarquia das funções tende a ser a definida pelo seu afastamento relativamente ao campo da intervenção no pressuposto de que este afastamento seria o melhor garante ao exercício de funções de concepção que se definem na oposição a uma execução particularmente próxima e envolvida no campo.

A segunda oposição que interessa realçar incide sobre a inserção da mediação e da intervenção no local numa temporalidade onde se privilegia sobretudo a construção de respostas num tempo que é o tempo da urgência. As perspectivas ortopédicas que se desenvolvem nestes domínios são, em geral, legitimadas por uma ideologia do pragmatismo marcada por esta urgência. A azáfama, o intervencionismo incontrolado e a multiplicação de respostas contrastam com o défice dos dispositivos que permitem colocar perguntas, desenvolver problemáticas e valorizar recursos e relações sociais que preexistem à intervenção. A desqualificação do local, dos actores sociais e das suas relações resulta em parte da incapacidade de colocar a intervenção numa temporalidade mais longa. O desafio que se coloca aqui é o de construir respostas urgentes para questões que se inscrevem numa temporalidade longa.

A terceira oposição que importava trabalhar como complementaridade contraditória é aquela que incide entre as lógicas que visam colmatar os défices dos indivíduos ou da sua relação de comunicação e aquelas que potencialmente agem sobre a recomposição dos recursos e das relações sociais. Se retornarmos a semântica da problemática do desenvolvimento local dos anos 70, trata-se da oposição entre um desenvolvimento exógeno e o desenvolvimento endógeno. Neste domínio trata-se de reconhecer a fragilidade da distinção entre o de fora e o de dentro e pensar metodicamente as intervenções que visam colmatar os défices de forma a que se possa potenciar o papel que a intervenção exterior pode ter na recomposição de recursos pré-existentes e na recriação de sociabilidades capazes de compatibilizar o direito às raízes com o direito às escolhas. Ora, este trabalho de compatibilização daquilo que parece incompatível quando pensado do exterior, implica que a oposição entre as lógicas que procuram multiplicar as formas de acesso a bens sociais – admitindo que o mercado é o referencial simbólico que melhor assegura esta multiplicação – e as lógicas que procuram criar sociabilidades densas e quentes sejam encaradas nas suas sinergias, isto é, numa complementaridade que não é necessariamente linear, mas que comporta tensões e contradições e que, por isso, é potencialmente transformante.

Por fim, uma quarta oposição que configura escolhas irreduzíveis é aquela que opõe a objectividade e a subjectividade ou narratividade. Trata-se de uma oposição entre duas modalidades distintas de produzir a realidade social que tem subjacente a oposição entre racionalidade e emotividade e que não atribui suficiente ênfase ao trabalho de intersubjectivação que sustenta quer a construção das subjectividades sociais e individuais, quer a produção de uma objectividade racional. A hibridez a desenvolver neste domínio implica que se reconheça que os espaços e os tempos do trabalho de intersubjectividade constituem espaços e tempos de produção de uma relação social e cognitiva mais emancipatória e democrática e que, por isso, são um dos mais importantes produtos de uma acção social que não visa apenas produzir individualidades nem racionalidades assépticas, mas que se ocupa fundamentalmente da construção de espaços sociais mais participativos e democráticos cuja relevância social transcende os efeitos que eles produzem nos actores sociais. A construção social de um sujeito que por ser tendencialmente solidário é produtor de cida-

des e de novas cidadanias deverá, portanto, ser social e cognitivamente determinante relativamente à construção de indivíduos e de actores que por serem estrategicamente motivados tendem a ser valorizados na sua existência solitária.

Conclusões

Ao longo dos últimos 50 anos, os referenciais simbólicos em torno dos quais se desenvolveram os dispositivos de preservação e gestão da ordem social sofreram alterações significativas. Em nome das transformações da chamada questão social, isto é, das transformações dos modos de vida e da sua inscrição no espaço social daqueles que habitam as penumbras da cidadania, estes referenciais simbólicos que durante os 30 gloriosos anos tinham o Estado por referência dominante, passaram a referenciar-se em espaços semânticos que tinham sido relativamente periféricos e se tinham afirmado como espaços de resistência tanto aos modelos economicistas de desenvolvimento social como aos macroinstrumentos de atribuição de identidades pessoais e sociais. A relevância atribuída ao «local» na segunda metade da década de 80 e a valorização incontrolada das potencialidades das lógicas de proximidade na gestão da chamada nova questão social não resultou, no entanto, do reconhecimento da pertinência das potencialidades das dinâmicas locais na produção de formas colectivas de vida alternativas a uma definição da coesão social excessivamente determinada pelas lógicas dos macroactores produzidos na esfera de influência do Estado. Embora incorporem referências regulares obrigatórias ao local, à autonomia e ao parceriaado, os discursos políticos parecem ser mais determinados por uma globalização dos modos de definir a questão social, onde as preocupações relacionadas com o combate à desigualdade e o usufruto dos direitos sociais só remotamente se incorporaram no combate à exclusão social. Neste contexto discursivo emergem um conjunto de figuras do local que deixam de o circunscrever ao espaço rural para o urbanizar, para o definir negativamente em função das qualidades sociais, em geral também negativas, dos públicos alvos que são objecto de modalidades de intervenção social específicas de acordo com as características dos problemas sociais que elas se propõem gerir. Ao mesmo tempo que ao local do espaço rural parece particular-

mente ser atribuído um papel de guardador de paisagens, onde o estabelecimento e o aprofundamento de relações sociais entra em conflito com algumas das preocupações ecológicas que lhe atribuem este papel, o local urbano, embora seja densamente povoado, é sempre definido como um local deficitário tanto pela ausência de qualificações daqueles que o habitam como pela degradação e pela conflitualidade que marca as relações sociais que se estabelecem no seu interior. O local que se tinha definido numa relação de conflito com o Estado e a Nação afirmando potencialidades que não se inscrevem naquelas que lhe são atribuídas pela sua inserção numa unidade que o transcende, constitui actualmente o mais importante espaço simbólico da afirmação de uma ideologia deficitária, da afirmação de uma ideologia onde o conflito social tem tendencialmente a sua origem nos défices de qualificação dos seres e das relações que eles estabelecem.

A notoriedade atribuída às práticas e aos dispositivos de mediação social nos finais de década de 90 constitui a coroação desta ideologia que só encara o conflito como fonte de perturbação da ordem social e não como indício da possibilidade da sua transformação. Sendo de qualquer forma tributária de uma definição do mundo social onde se acentua sobretudo a individualidade dos seres e o respeito da sua originalidade como condição do estabelecimento de relações sociais – que se deseja serem marcadas pela transparência e a autenticidade –, a mediação tende a encarar a conflitualidade social como a expressão de disfuncionamentos da comunicação interindividual ou da comunicação entre cada um dos indivíduos e as instituições, numa sociedade que sendo subjectivamente definida como uma sociedade intrinsecamente fraternal procura evitar a multiplicação das expressões violentas de lógicas fratricidas. Apoiando-se num regime de economia libidinal do tipo maternal onde predomina a distribuição do amor ou do afecto ou em regimes de economia libidinal do tipo paternal que se ocupa mais da distribuição das sanções, os dispositivos de mediação aparecem como dispositivos de prevenção de uma sociedade já não ocupada com a problemática dos direitos sociais ou com a exclusão, mas preocupada em evitar o agravamento dos fenómenos que exprimem o aprofundamento das tendências para a sua fragmentação e heterogeneização.

Apesar de serem tributários de uma definição redutora do social, o «local» e a «mediação social» podem contribuir para estruturação de modalidades alterna-

tivas de definir política e cognitivamente o social e os problemas sociais. Como procurámos acentuar ao longo do texto, essa possibilidade passa, por um lado, por inscrever os desafios que eles colocam no campo da construção de novas cidades e novas cidadanias e, por outro, por objectar a partir deles a estabilidade dos instrumentos cognitivos que classificam e desqualificam as vítimas da desigualdade e da injustiça social. No plano político, com efeito, as questões da exclusão social ou da fragmentação dos espaços sociais podem ser remetidas para dinâmicas de construção de novas relações sociais que contribuam para a requalificação dos «espaços sociais problemáticos» encarando-os como espaços onde se concentra uma conflitualidade estruturada pelo desejo de transformação. No plano cognitivo, por sua vez, o aprofundamento de um pensamento complexo sobre a complexidade apela para que se matize o totalitarismo cognitivo do pensamento técnico e científico, desenvolvendo um trabalho cognitivo mais «sensato», mais permeável às narrativas profanas, à dialógica e a uma acção comunicacional capaz de lidar com uma heterogeneidade discursiva onde se articulam os enunciados com a pretensão a definirem o que é justo com aqueles que têm a pretensão de serem ajustados à realidade.

Contactos: José Alberto Correia e João Caramelo, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Rua do Campo Alegre, 1021/1055, 4169-004 Porto; email: correia@psi.up.pt e caramelo@psi.up.pt

Referências bibliográficas

- BEHAR, Daniel; ESTEBE, Philippe (2001). «Intercommunalité: le local entre en politique». In *L'Etat de la France 2001-200*. Paris: éd. de La Découverte (consultado em <http://www.acadie-reflex.org/txt131.pdf>).
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève (1999). *Le Nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, L. (1991). *De la justification, Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.
- BONAFÉ-SCHMITT, Jean-Pierre (1992). *La Médiation: une justice douce*. Paris: Syros.
- BOURDIEU, Pierre (1993). *La Misère du monde*. Paris: Editions du Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (1997). *Méditations pascaliennes*. Paris: Editions du Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (1998). *Contrafogos*. Oeiras: Celta Editora.
- CASTEL, Robert (1995). *Les Métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard.

- CORREIA, J. A. (1998). *Para uma Teoria Crítica em Educação*. Porto: Porto Editora.
- CORREIA, J. A. (2000). *As Ideologias Educativas em Portugal nos Últimos 25 Anos*. Porto: Ed. ASA.
- CORREIA, J. A. (2001). «A Construção Científica do Político em Educação». In *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 15, pp. 19-43.
- DESROSIÈRES, Alain; THÉVENOT, Laurent (1996). *Les Catégories socioprofessionnelles*. Paris: La Découverte.
- DESROSIÈRES, Alain (1993). *La Politique des grands nombres*. Paris: La Découverte.
- DUBAR, Claude (2000). *La Crise des identités. L'interprétation d'une mutation*. Paris: PUF.
- DUBET, François (2002). *Le Déclin de l'institution*. Paris: Éditions du Seuil.
- EHRENBERG, Alain (1998). *La Fatigue d'être soi. Dépression et société*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- GIDDENS, Anthony (1995). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta.
- GUILLAUME-HOFNUNG, Michèle (2000). *La Médiation*. Paris: PUF.
- HABERMAS, Jürgen (1997). *Droit et démocratie*. Paris: Gallimard.
- LATOUR, Bruno (1994). *Nous n'avons jamais été modernes – Essai d'anthropologie symétrique*. Paris: Ed. La Découverte.
- LATOUR, Bruno (1999). *Politiques de la nature. Comment faire entrer les sciences en démocratie*. Paris: Ed. La Découverte.
- MONCEAU, Gilles (2001). «De la classification des individus à celle de leurs devenirs dans l'institution scolaire». In *Ville-École-Intégration* n.º 126. Paris: CNDP.
- PAUGAM, Serge (1996) (dir.). *L'Exclusion: l'état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte.
- ROSANVALLON, Pierre (1999). *Le Capitalisme utopique. Histoire de l'idée de marché*. Paris: Points.
- SIX, Jean François (2002). *Les Médiateurs*. Paris: Le Cavalier Bleu.
- WACQUANT, Loïc (2000). *As Prisões da Miséria*. Oeiras: Celta Editora.